

# O Senado e a volta dos que não foram

*2º valor econômico*

**O** Senado Federal corre sério risco de abrigar, na próxima legislatura, nutrida bancada representativa da contradição entre a vontade da casa e a do eleitor. Três políticos expulsos da vida pública pelo Senado são favoritos, em seus Estados, a uma das duas vagas em disputa nas eleições do ano que vem: o ex-presidente Fernando Collor, em Alagoas, e os senadores Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, e Jader Barbalho, no Pará, este em vias de renunciar ao mandato para não perder o direito de tentar a volta.

Mais que uma peculiaridade da legislação eleitoral brasileira, a volta dos que não foram expõe uma dura realidade ao Senado: do ponto de vista do eleitor, a condenação por seus pares não deslustra o político. Ao contrário, permite ao condenado que se apresente como vítima de complôs e conveniências de maiorias eventuais. Este, com variações apenas no sotaque, é o discurso de Jader, Antonio Carlos e Collor.

Cada um desses políticos tem sua própria história de ascensão e queda. Todas passaram por processos em que a maioria do Senado decidiu ou demonstrou que iria decidir pela cassação dos direitos políticos. O provável retorno terá o efeito de uma bofetada na instituição. É certo que tratam-se de três líderes regionais em seus respectivos Estados, o que explica, em parte, a capacidade de recomposição eleitoral de cada um. Mas não explica a contradição explícita entre a maioria do Senado e a maioria dos eleitores de Alagoas, Pará e Bahia.

Desqualificar o eleitor desses políticos não responde à questão. Os três preparam o retorno dentro das regras e com as armas de que sempre dispuseram. O voto de seus eleitores vale tanto quanto o de que qualquer brasileiro. O desafio do Senado é o contraste entre o retorno pelo voto e o processo político, pois, nos três casos, em momentos decisivos, a maioria do Senado foi movida pela chamada pressão da opinião pública.

Que monstro é esse que exige cabeças para depois lançá-las de volta no rosto dos carrascos? Implicitamente, esse eleitor está dizendo aos senhores senadores que os considera todos iguais, nivelando-os aos condenados. É uma construção perversa, mas infelizmente real. Talvez esse eleitor aplique ao Senado a máxima de que feio não é cometer o crime, mas ser apanhado em flagrante. É o ponto a que se chega com a banalização da denúncia, que ultimamente vem substituindo as práticas políticas convencionais.

A volta dos que não foram é propiciada também pelo fari-saísmo que contamina bons setores da política e de outras instituições que com ela se relacionam, como o Ministério Público e a imprensa. Quando a denúncia transforma-se num fim em si — e isso tem ocorrido — temos uma distorção no trabalho de procuradores e jornalistas. Isso abre espaço para a manipulação de interesses partidários que o eleitor percebe e condena.

Antonio Carlos Magalhães foi "condenado" por um bloco partidário que incluiu PMDB, PSDB e a oposição. Teve alguma solidariedade do PFL. Com Jader Barbalho houve uma troca de sinais. Seus algozes são o PFL, o PSDB e a oposição. Teve a solidariedade explícita de seu partido. O discurso da ética e da moralidade e o apego à produção de provas, nem sempre inabaláveis, não enganam o eleitor quando existe clara motivação política num processo de cassação.

É isso que dá discurso a políticos em apuros no Senado. Jader Barbalho nem esperou o momento da renúncia para começar a campanha no Pará, dirigindo a seus eleitores o discurso da vítima. Diferente de Antonio Carlos, Jader incluiu no repertório um suposto preconceito das elites do sul, que seriam dominantes no Congresso, contra a ousadia do nortista que se atreveu a presidir o Senado. Nada disso é real, mas a contaminação política do processo ético dificulta a reação dos sinceramente incomodados e desautoriza a dos manipuladores.